

Instituto de Ciências Biomédicas
 Universidade de São Paulo (USP)
 Processo 2003/06420-0
 Vigência: 1/3/2004 a 31/10/2007

Entre 1983 e 2001, a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo registrou 187 casos autóctones de malária adquiridos em áreas cobertas por Mata Atlântica, tendo como principais vetores *Anopheles cruzii* (Kerteszia) e *A. bellator* (K.). Os principais focos estão na zona rural dos municípios de Peruibe, São Sebastião e Juquitiba. Cerca de um quarto da população desses focos apresenta evidência sorológica de exposição recente a diversas variantes de *Plasmodium vivax* ou *P. malariae*, apesar do pequeno número de casos clínicos de malária. Estes dados sugerem uma alta prevalência de infecção assintomática, de difícil detecção pelos métodos parasitológicos tradicionais. Esses portadores assintomáticos podem servir como fonte de infecção para os vetores de diferentes regiões do estado, permitindo a disseminação da endemia. Este projeto colaborativo com a Superintendência de Controle de Endemias (Sucen) (órgão responsável pelo planejamento e execução de medidas de controle de malária em São Paulo), objetiva: a) investigar a prevalência de infecção malárica (sintomática e assintomática), em populações humanas de focos com transmissão autóctone de malária detectada ao longo das duas últimas décadas, com o emprego de métodos diagnósticos de alta sensibilidade; b) identificar, por meio de técnicas microscópicas e moleculares (amplificação e seqüenciamento de genes informativos do ponto de vista taxonômico), as espécies de plasmódios responsáveis pela malária autóctone na região; c) identificar as possíveis fontes de infecção (humanas e não-humanas) para os vetores; e d) caracterizar o padrão de imunidade antimalárica das populações humanas. Deste modo, objetiva-se fornecer subsídios para o planejamento de medidas de controle da malária adequadas as características epidemiológicas da região.

236

Bases para a implantação de um serviço público do trabalhador no trabalho informal e em micro e pequenas empresas de comércio hortifrutigranjeiro no Estado de São Paulo

Maria Inês Monteiro
 Faculdade de Ciências Médicas
 Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
 Processo 2003/06410-4
 Vigência: 1/7/2004 a 31/7/2008

O projeto visa desenvolver capacidade analítica e mecanismos que viabilizem a formulação e implementação de políticas públicas de saúde do trabalhador, em serviço público de saúde. Essa solicitação representa experiência

desenvolvida ao longo de anos com o trabalhador de pequena e microempresa no comércio hortifrutigranjeiro, propiciando condições adequadas de saúde e segurança no ambiente de trabalho, tendo em vista a importância da qualificação do comércio hortifrutigranjeiro e a necessidade de incrementar a produtividade e a capacidade de concorrência. Propõe-se a criação e testagem da eficácia e da efetividade epidemiológica na clínica ampliada de equipes de saúde do trabalhador com estrutura semelhante à da saúde da família. Diante do exposto, pretende-se produzir propostas diagnósticas que identifiquem as principais prioridades tendo como finalidade embasar a construção de políticas públicas de saúde do trabalhador.

237

Crianças em situação de risco social: limites e necessidades da atuação do profissional de saúde

Nivaldo Carneiro Júnior
 Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa São Paulo
 Fundação Arnaldo Vieira de Carvalho (FAVC)
 Processo 2003/06405-0
 Vigência: 1/4/2004 a 30/6/2007

A região central do município de São Paulo concentra um número expressivo de crianças que vivem em situação de risco social – exposta às circunstâncias da pobreza, violência, uso de drogas, vivência de rua, entre outras. O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza que o Estado é responsável pela elaboração de políticas públicas que garantam a prioridade de atendimento e integralidade nas ações e serviços sociais, dentre eles os de saúde. O efetivo atendimento desta população requer dos profissionais ações específicas, para as quais não se encontram capacitados e atuam isoladamente e sem articulação com uma rede social. O objetivo geral deste estudo é criar estratégias para melhorar a acessibilidade de crianças em situação de risco social aos serviços de saúde, articulando-os com os serviços de assistência social. O estudo focará o profissional de saúde, por meio de um processo de pesquisa/ação, para mapear as suas necessidades e dificuldades no atendimento desta população, as intervenções existentes e a rede social. Buscará sensibilizar os atores da rede para a singularidade da população-alvo e construir estratégias de acolhimento e integração das ações. Primeiro, selecionaremos representantes do serviço local – grupo de trabalho (GT), que participarão de um workshop sobre crianças em situação de risco social e construirão instrumentos para mapear a rede social. Os resultados serão discutidos em seminário com os diversos atores sociais envolvidos com a questão, visando elaborar estratégias específicas e conceber instrumentos de pesquisa para serem aplicados aos profissionais de saúde envolvidos no atendimento dessas crianças, identificando

questões em relação à capacitação/formação, momentos de aglutinação/integração, articulação e fomento da rede social, estabelecendo diretrizes para políticas públicas na área de atendimento à saúde integral da criança e suas famílias em situação de risco social.

238

Avaliação do alcance das mudanças na política pública de saúde mental e da implantação dos centros de atenção psicossocial (portaria gm/ms n. 336)

Oswaldo Yoshimi Tanaka
Faculdade de Saúde Pública
Universidade de São Paulo (USP)
Processo 2003/06400-9
Vigência: 1/4/2005 a 30/9/2009

A atenção aos portadores de transtornos mentais (TM) vem sendo alvo de transformações na busca da humanização do cuidado e na otimização das ações no nível da comunidade, visando o aumento da efetividade das ações implementadas pelos três níveis de governo: municipal, estadual e federal. O Ministério da Saúde (MS) publicou, em 19 de fevereiro de 2002, a portaria GM/MS n° 336, regulamentando a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps), que se tornariam o equipamento regulador da organização da atenção no território sob sua responsabilidade. Este projeto, baseado nas diretrizes dos SUS (universalidade, integralidade e equidade), pretende analisar o processo e o resultado da atenção aos portadores de TM, utilizando três eixos de análise: 1) assistência ao adulto; 2) assistência à criança e ao adolescente; 3) gestão da atenção aos portadores de TM nos e entre os vários equipamentos do território, tanto os especializados em saúde mental como os de atenção básica, média e alta complexidade existentes no território. A unidade de análise será o Distrito de Saúde (DS). A metodologia utilizada contará com abordagem quantitativa e qualitativa. Na fase I, o estudo de viabilidade será realizado no DS Escola do Butantã. Nesta fase o primeiro momento constará de um levantamento dos dados quantitativos relativos aos recursos existentes e às atividades de saúde mental realizadas por serviços do DS. No segundo momento será feita uma abordagem qualitativa por meio de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave do território e grupos focais. A utilização de abordagens quantitativas e qualitativas visa coletar dados com maior amplitude, propiciando assim uma análise mais abrangente. As fontes deverão contemplar gerentes, técnicos e usuários/familiares, buscando uma 'triangulação' das evidências coletadas no campo. Ainda durante a fase I, será feito um refinamento dos instrumentos de coleta de dados e fortalecimento das equipes parceiras. Na fase II, o projeto será expandido para o município de São Paulo como um todo. Serão im-

plementados os resultados alcançados na fase I para cinco a sete DS que preencham os seguintes critérios: presença ou não de Caps, índices socioeconômicos e outras variáveis a serem discutidas com a secretaria municipal de saúde e com os gestores locais.

239

Avaliação das notificações de receitas (a e b) prescritas nas unidades de saúde da secretaria municipal saúde São Paulo

Solange Aparecida Nappo
Escola Paulista de Medicina
Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)
Processo 2001/13135-4
Vigência: 1/9/2002 a 31/8/2003

O projeto visa obter dados sobre o hábito, tipo, quantidade de prescrições referentes a psicotrópicos de notificação A e B, originadas nas unidades de saúde da Secretaria Municipal de Saúde, objetivando um diagnóstico da situação com possível intervenção para acertar desvios que possam estar ocorrendo nessa área. O projeto teria ainda a função de ser o embrião da futura implantação da vigilância sanitária municipal.

240

Controle integrado da dengue utilizando geoprocessamento

Virgília Luna Castor de Lima
Superintendência de Controle de Endemias
Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo (SSSP)
Processo 2001/13133-1
Vigência: 1/10/2002 a 30/11/2003

O controle da dengue é complexo, pois depende de atividades programáticas de combate químico e mecânico realizado por órgãos governamentais, de investimentos substanciais de saneamento ambiental e da participação das comunidades, por meio de mudanças comportamentais. A implementação destas medidas tem representado um desafio. Neste contexto, novos instrumentos de abordagem da epidemiologia e controle da doença estão sendo buscados. As atividades de controle químico e mecânico nas áreas com transmissão ou com risco de transmissão são planejadas, executadas e analisadas com a utilização de mapas. Atualmente, isto implica em mapas com alfinetes coloridos dependurados nas paredes e mapas fotocopiados que são utilizados pelas equipes de campo. Além disso, é grande a dificuldade para registrar as informações, como datas em que foi realizado o controle em determinada área, número de casos notificados, ou, mesmo, a ocorrência de transmissão anterior na área em questão. Em projeto de pesquisa anterior, financiado pela Opas por meio do Ministério da Saúde, a equipe que